

XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

31 de julho a 03 de agosto, Curitiba, Paraná

Área Temática: Participação Política

**ENTRE A DANÇA E A LUTA: REPERTÓRIOS DE OCUPAÇÃO DO MST BAIANO
NOS GOVERNOS JAQUES WAGNER (2006-2014)**

Marina Ferreira de Araujo Fernandes, Universidade Federal da Bahia

Resumo

Debruça-se este artigo sobre os padrões de interação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra baiano e os Governos Jaques Wagner (2006-2014) a partir da análise da ocupação da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado da Bahia, realizada em abril de 2011. A ocupação da SEAGRI revela que a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Bahia conflui num só tom táticas colaborativas e ações de caráter contencioso. Há, neste contexto de intimidade com a arena institucional, uma cooperação conflituosa- ou conflito cooperativo entre sistema político e ação coletiva.

Palavras-Chave: movimento social; MST; participação institucional; repertório de ocupação

Este artigo pretende refletir sobre o repertório de ocupação do MST na Bahia nos períodos das gestões de Jaques Wagner (2006-2014) tendo em vista a dinâmica de relação entre o Estado e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a partir da emergência dos governos petistas na esfera nacional, concentrando-se no contexto baiano. Trata-se de avaliações preliminares exaladas a partir da pesquisa intitulada “Ultrapassando a fronteira: padrões institucionalizados de interação entre o MST baiano e os Governos Jaques Wagner (2006-2014)”, ainda em curso.

O contexto de ampliação da política através da conformação de arranjos institucionais participativos é uma das mais destacadas características da democracia brasileira contemporânea e se refere às variadas oportunidades de participação institucional formalizadas predominantemente após a Constituição Federal de 1988 (doravante, CF/88) (Trindade, 2016). Inserido em um cenário de valorização do consenso via diálogo institucional, o MST ergue-se em absoluta desconfiança com o sistema político. O interesse inicial deste artigo revela-se, portanto, pela singularidade conflitiva do padrão de interação entre o principal agente de mediação do sujeito sem terra brasileiro e a arena estatal.

enquanto os movimentos sociais urbanos apresentam uma longa história de relações com os governos para criar arenas participativas institucionalizadas antes da chegada de Lula ao poder, em 2003, a história dos movimentos sociais rurais foi dominada por rotinas de protesto de ação direta. Esta história diferente de interação do Estado com a sociedade influenciou a forma como arenas participativas foram recebidas pelo setor de desenvolvimento agrário na gestão Lula (ABERS, R. et al, p. 330, 2014).

Este artigo assume o conceito de repertório como elemento central de sua investigação. Pincelado por Tilly (1976; 1995) o conceito emprestou, então, da música, a noção de “repertório” para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico (Alonso, 2012) e ressalta, com isso, a importância das estruturas de oportunidades e dos agentes na composição de conjuntos de rotinas em dinâmicas contingentes. Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato

consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito (Tilly, 1995).

A interação, ainda que se manifeste sob múltiplas molduras, é marcada pelo seu caráter contencioso, afinal o ato irreduzível da ação coletiva é o conflito (Tarrow, 1998) Ainda conforme Alonso (2012), o conceito:

só vive quando ativado pelo uso, que faz a língua variar na fala, em dialetos, em sotaques. Para bem marcar, Tilly estofa esta metáfora com outras. Como no jazz, as “rotinas” de interação conflituosa, cheias de incidentes e contingências, obstam a repetição automática do repertório; antes, convidam os agentes a interpretar e improvisar. O andamento interacionista se estica na alegoria teatral: “Como suas contrapartes teatrais, repertórios de ação coletiva designam não performances individuais, mas meios de *interação* entre pares de grandes conjuntos de atores. Uma companhia, não um indivíduo, mantém um repertório” (ALONSO, p. 25, 2012)

A realidade social brasileira conduz a uma interpretação criativa do conceito de repertório, de acordo com Abers, Serafim e Tatagiba (2014). O conceito “repertório de interação” se define por um conjunto de rotinas constituídas pelos movimentos sociais ao longo de sua interação com o aparelho estatal, caracterizada por seus aspectos eminentemente conflituosos, mas também por apostas em atuações conjuntas (Trindade, 2015). Assim, as autoras lembram que, no caso brasileiro, a própria criação de movimentos importantes resulta de redes de articulação entre indivíduos dentro e fora do Estado.

O conceito ressalta a permeabilidade, no contexto brasileiro pós-88, entre esfera do estado e sociedade civil, reconhecendo que tal relação é notadamente marcada pelo predomínio de vínculos institucionais e arranjos participativos, assim pondo em questão a visão do Estado como um contraponto irresistível dos movimentos sociais. O enquadramento interpretativo desloca-se do conflito para o consenso, da dinâmica contenciosa para dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na Sociedade (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014).

Na Bahia, o MST inicia sua trajetória em setembro de 1987, a partir da ocupação da fazenda 4045 por cerca de 350 famílias do Extremo-Sul baiano, na cidade de

Alcobaça. O ciclo de protestos baseado em ações disruptivas conflui na organização do principal agente de mediação do campesinato baiano. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Bahia consolida-se, também, em plena interação com o Partido dos Trabalhadores, fundando-o em inúmeras cidades. Conforme Fábbya Reis (2014) a experiência do MST na Bahia é um lócus adequado para a realização da reflexão acerca da construção da representação política no posto que, desde o início, o MST nesse estado conjugou ações diretas e participação no campo político institucionalizado.

Assim, volta-se este artigo para os períodos de gestão Jaques Wagner (2006-20014) na esfera estatal estadual baiana. Esta experiência permitiu que não somente o MST orquestrasse um repertório voltado para padrões institucionalizados de interação, como para a ocupação de cargos na gestão do Estado, na elaboração e gestão de políticas públicas. Em 2006, Valmir Assunção, dirigente histórico do movimento na Bahia, é o mais votado deputado estadual do PT no estado, e em 2007 convidado a dirigir a SEDES (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza) fenômeno até então inédito na Bahia. A fronteira havia sido ultrapassada.

Pretende-se, ainda que de forma preliminar, identificar as implicações da participação institucionalizada sobre o repertório de interação, sobretudo de sua principal tipologia de protesto – a ocupação. Assim, cabe questionar: a relação entre o MST Bahia e os dois governos Jaques Wagner criou condições para o privilégio de padrões institucionalizados de interação? De que forma a maior permeabilidade do MST baiano no sistema político repercutiu sob a sua performance? Ou ainda: de que forma a ética conflitiva do MST se apresenta em um contexto marcado pela intimidade institucional?

Será analisado, partir de um levantamento prévio da base de dados no jornal A Tarde referente à categoria “MST”, entre 2006 e 2014, o mês de abril de 2011, em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra promove a ocupação da sede da Secretaria de Agricultura do Governo da Bahia. A ocupação ocorre em um contexto de proximidade tal entre as duas esferas, que a arena estatal é agente fundamental da dinâmica de organização da ação em curso. A base de 36 matérias aborda, em sua maioria, esta temática, que extrapola o limite estadual e chama a atenção de jornais como O Globo e O Estado de São Paulo.

O argumento central desta análise é que o padrão de interação entre o MST baiano e os Governos Jaques Wagner, entre 2006 e 2014, baseado numa interpenetração recíproca -e assimétrica-, entre a ação coletiva e o sistema político, facilitou a ampliação e reconfiguração do repertório de ocupação na Bahia. A ocupação

da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado em abril de 2011 conflui num só tom dinâmicas por excelência contenciosas e táticas colaborativas: o repertório de ocupação absorve, assim, distintas rotinas de interação em sua ética. Se por um lado as ocupações revelam e acionam um conflito de ordem política, econômica e cultural (Trindade, 2013) paradoxalmente , o repertório de ocupação do MST baiano parece manifestar e acionar o consenso da dinâmica política na Bahia.

ÉTICA CONFLITIVA E SINGULARIDADE BAIANA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu no panorama nacional em abril de 1984, na cidade de Cascavel-PR, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Este não é o primeiro movimento social a encampar a luta contra a concentração fundiária brasileira e contra as injustiças no campo, mas é o primeiro movimento social rural que obteve êxito em se perpetuar por três décadas e por estabelecer rotinas de conflito e interação com a arena estatal. Este artigo parte do pressuposto, sobre a definição da ação coletiva, em consonância com Tarrow (1998), de que:

o ato irreduzível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções, é a ação coletiva de confronto. A ação coletiva pode assumir muitas formas – breves ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática.(TARROW, p.19.1998)

O Movimento Sem Terra absorve em sua ética a trajetória histórica das lutas agrárias no país, e se instala como principal agente de mediação do sujeito sem terra brasileiro. Sobre a emergência do MST, o movimento apresenta:

no final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra. Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalina, que se

tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. (<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>)

O ciclo de confronto sustentado por práticas contenciosas foi o substrato social e político em que efervesceu o MST, no Rio Grande do Sul. Importante destacar que este movimento só foi possível ser fundado em uma região marcada por um processo de conformação da estrutura fundiária e do campesinato distintas historicamente: no sul do país o campesinato tem a posse da pequena propriedade. A ética do camponês do sul do país e o espírito do MST encaixaram-se por completo.

Dessa forma, o MST constrói-se a partir da crítica ao centro histórico da ordem latifundista brasileira, ao definir a democratização da terra e sua função social como princípio estruturante de sua identidade coletiva. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo e a assim o MST adotou a ocupação de terra como principal tipologia de protesto de seu repertório de interação. Fernandes (2000) vê as ocupações de terra como:

uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. Nas duas últimas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas. (FERNANDES, 2000 p. 281).

A ética conflitiva e o privilégio da ocupação como tipologia de protesto central de seu repertório de interação marcam a trajetória do MST brasileiro. O desconforto com a possibilidade de construir luta por dentro do Estado, em contraponto à tradição brasileira de intensa articulação entre movimentos sociais e sistema político, revela a preocupação com a dimensão horizontal da autonomia (Laclau, 2013), compreendida como capacidade de estabelecer relações com outros atores, a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita conferir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores. (Tatagiba, 2010). Conforme o próprio MST,

o Movimento teve a clareza política de que era necessário ser uma organização autônoma a partidos e governos. O congresso de 1985 é um marco histórico do MST. Demos

uma nova característica da luta pela terra. Saímos de lá convictos de que tínhamos que partir para as ocupações, e construímos o lema “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”.(Em: <http://www.mst.org.br/>)

Conforme Trindade (2016), a principal forma de manifestação do conflito se dá a partir das ações de protesto de caráter disruptivo empreendidas coletivamente. A persistência do impasse agrário no Brasil fez com que, mesmo nos momentos de maior aproximação entre os agentes de mediação do sujeito sem terra e a arena estatal, tenha se caracterizado por uma cosmologia contenciosa.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Bahia constituiu-se como ação coletiva sustentada no bojo do ciclo de confrontos relacionados à luta pela terra no Extremo-Sul baiano, nos anos 1980. Do conflito particular à ampliação da capacidade de sustentação da ação coletiva, o desenrolar do MST baiano acompanha Tarrow (1998) ao assumir que o confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos altamente vibrantes e orientados para a ação.

A formação do Movimento Sem Terra na Bahia ocorreu em plena interação com representantes da igreja, dos sindicatos rurais e do Partido dos Trabalhadores, quando, desde as primeiras ocupações, os sem terra dividiram-se entre a mobilização de base para as ocupações e as ações de mobilização para criação do PT em certos municípios, como, por exemplo, em Jucuruçu-Ba, em 1987, e em Itamaraju. Como sugere Reis (2014), este processo inicial foi construído por ex-pequenos proprietários, trabalhadores rurais, meeiros, bóias-frias nos municípios de Alcobaça, Teixeira de Freitas, Mucuri, Prado, Itamaraju, Itanhém, Medeiros Neto e Eunápolis, localizados no Extremo Sul da Bahia. Trata-se de uma região marcada por profundas desigualdades sociais resultantes, sobretudo, do padrão de desenvolvimento vinculado à expansão da economia de mercado e da existência de incentivos do governo para implementação do polo madeireiro na região.

Se por um lado, o fio condutor da vida social do MST, mesmo na Bahia, é o conflito, por outro, a caminhada de aproximação rumo à esfera institucional foi interpretada como um paradigma norteador desde sua fundação. Não se trata, no entanto, de uma exclusividade do MST da Bahia. Ainda que edificado sob uma ética de desconfiança com a arena do Estado, o MST criou vínculos institucionais relevantes em determinadas regiões do país, a exemplo da eleição do assentado Marcon ao cargo de

deputado estadual em 1998 no Rio Grande do Sul, e a eleição de Joao Daniel à Assembleia Legislativa de Sergipe em 2010.¹ A distância em relação às experiências gaúcha e sergipana reside na interpretação programática da participação na “trincheira do Estado”, como costumam se referir à arena institucional membros do MST baiano, como elemento central de sua ética desde a sua fundação.

Manifesta-se a singularidade baiana pela tradição de participação na arena institucional, e com isso não se pretende em absoluto sugerir a ausência do conflito: esse é o fantasma que ronda permanentemente o sujeito sem-terra no Brasil. Conforme Reis (2014), ao elencar dados do próprio MST:

os primeiros candidatos foram lançados nas eleições de 1996 e 2000. Para Prefeito de Itamaraju foi eleito Frei Dílson Santiago. Em 2000, foram eleitos a vereadores Noeci Santos, no município de Vitória da Conquista, e José Luis de Jesus Serra, no município de Itaetê. Todos pelo Partido dos Trabalhadores. Até 2006, o MST já tinha indicado 26 membros a cargos de vereadores. (REIS, p 119, 2014)

Ainda conforme Reis (2014), os êxitos nas eleições, com frei Dílson Santiago a deputado estadual em 1994 e a prefeito em 1996, e os primeiros vereadores do Extremo Sul, incentivaram algumas lideranças do movimento a defenderem a aproximação com a esfera institucional. Optou o MST por debater em suas instâncias deliberativas a relação com a arena estatal, em seu encontro estadual na Fazenda 4045, em 1997.

A tradição contenciosa e relativamente avessa a interações de caráter institucionalizado do MST no Brasil andou em descompasso com a interpretação singular do MST na Bahia. O ano de 1997 é um marco dessa disritmia. Na matéria intitulada “MST proíbe seus líderes de disputarem eleições”, edição do Jornal A Tarde de 2 de outubro de 1997, constata-se:

apesar do assédio dos partidos de esquerda, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)- a sigla que se firmou como uma das forças de oposição ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso- não vai

¹ Marcon (PT-RS), Joao Daniel (PT-SE) e Valmir Assunção (PT- Ba), são atualmente os três deputados federais de origem camponesa e vinculados ao MST no parlamento brasileiro.

permitir que suas lideranças participem das eleições do ano que vem como candidatos. “Seria um oportunismo se projetar dentro do movimento e depois passar para o parlamento”, diz Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do MST. “Temos um entendimento em comum de que ninguém que esteja envolvido na luta pela reforma agrária, saia candidato”, afirma. (Jornal A Tarde, 2 de outubro de 1997).

Na contramão da tradição nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Bahia, em 1997 firmou em definitivo a sua interpretação da participação por dentro do Estado como um repertório legítimo de interação. Este processo ocorreu a partir de um amplo debate interno, na qual tensões e divergências estiveram presentes.

Em sua tese, Fabya Reis apresenta um trecho de sua entrevista realizada com Weldes Valeriano, diretor estadual do MST-Ba e vice-presidente do PT-Ba em 2010-2012 que relata a forma como esta nova dinâmica de participação política foi deliberada.

nós tivemos diversos momentos nesse processo. O primeiro momento quando a gente definiu uma candidatura aqui na Bahia, houve conflitos. Pessoas que achava que não dava pra conciliar política e a luta da reforma agrária. E outras a favor. Definimos em reunião que nós teríamos que ter candidato (...) Daí se criou uma situação interna, uns achando que não daria para a gente levar uma candidatura (...) Àquela altura nós estávamos bem em Itamaraju, a primeira gestão de Frei Dilson, tivemos uma participação importante, fizemos um monumento em frente à Prefeitura em homenagem ao MST, simbolizando a luta dos trabalhadores rurais, participamos de todo o debate de composição da equipe. A companheira Djacira foi chefe de gabinete dele, Darci Chiarello foi o secretário de obras e Valzão o de agricultura, enfim, envolvemos os setores que nos apoiaram no debate, foi muito democrático o modo de organização da prefeitura. (...) Aí fomos a debate no encontro estadual em dezembro de 1997 em Teixeira de Freitas que ao final aprovou que deveríamos sim lançar candidatos, que era um direito dos trabalhadores

buscarem colocar nos espaços de poder os companheiros que estavam na luta. (Entrevista, 18 agosto de 2011) (Reis, p 108, 2012)

Este é o marco simbólico do padrão singular de interação baiana. O Movimento sem terra deliberou coletivamente a opção pela conjunção entre dinâmicas contenciosas e aproximação da arena estatal. Amplia-se o repertório possível de interação a partir da compreensão prévia, advogada pelo MST, de que, mais do que obra do acaso, a intimidade com a arena estatal é um paradigma norteador. Vale destacar que, além do número de candidatos sem terra ter aumentado gradualmente, foi esta também a época em que de forma mais sólida o MST difundiu-se pelo estado, sobretudo através das ocupações de terra. É importante destacar no que diz respeito à quantidade de ocupações realizadas nesse mesmo período,

O Pará e o Paraná, também apontados por Bringel pela pujança de sua mobilização, apresentam forte redução da liderança do MST em ocupações. No Pará, de quinze ocupações realizadas, apenas três foram organizadas pelo Movimento. No Paraná, só há registro de uma ocupação e essa não foi realizada pelo MST. Por outro lado, a Bahia passou a figurar como estado de forte organização popular na luta pela terra com 39 ocupações registradas, sendo 36 delas dirigidas pelo Movimento (Campos, M.P, pg 16, 2017)

O período compreendido entre 1997 e 2006 caracterizou-se pela solidificação gradual do envolvimento do MST na arena institucional. A participação nas eleições de 1998, com a indicação de Valmir Assunção ao cargo de deputado estadual, ainda representante do MST-Ba na direção nacional e membro do diretório nacional do PT é símbolo deste processo. O representante sem terra nesta eleição, apresentando-se sob o mote “A cara e coragem do Sem Terra na Bahia”, posicionou-se na terceira suplência. Em 2002, Valmir Assunção ficou na primeira suplência, assumindo o mandato de deputado estadual em 2005. Em 2006, foi eleito o deputado estadual mais votado da história do PT na Bahia.

A trajetória do MST baiano, a partir de 2006, é notadamente reconhecida pela consolidação e aprofundamento de sua participação na arena institucional. As gestões

Jaques Wagner (2006-20014) na esfera estatal estadual baiana abarcam em seu arranjo institucional um sem terra como Secretário de Estado, feito até então inédito no cenário geral da política baiana. Em 2007, Valmir Assunção, é convidado a dirigir a SEDES (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza) e em 2011, a dirigente do MST, Vera Lucia Barbosa, assume a Secretaria de Política para Mulheres. Já em 2010, Valmir é eleito deputado federal.

Repertório de ocupação do MST na Bahia: entre a dança e a luta.

Cabe, agora, uma breve análise da base de dados referentes ao mês de abril de 2011. A ocupação, por cerca de 3 mil sem-terra, da sede da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado da Bahia foi um marco no que diz respeito a atenção dada pelos principais veículos da mídia impressa brasileira e baiana, no jornal A Tarde, aos movimentos sociais rurais na região. A base de dados coletada referente ao mês de abril de 2011 é marcada pela cobertura desse acontecimento.

Investigar o Abril Vermelho de 2011, evento em que esteve inserida a ocupação da SEAGRI, a partir da mídia impressa no jornal A Tarde significa não somente quantificar o número de ocupações neste período. É preciso compreender a lógica interna, a qualidade da ocupação, seu conteúdo emocional e cultural. Por isso, será preciso realizar uma análise de conteúdo da principal matéria que abarca a ocupação do órgão público: a primeira, do dia 12 de abril 2011.

O centro desta análise é o repertório de ocupação. Conforme Tarrow (1998), ao interpretar as revoltas camponesas do início da história moderna:

as formas das revoltas por terras quase sempre seguiram um ritual que tomava forma a partir das reivindicações do sem terra ou dos que tinham pouca terra. Os camponeses, brandindo focados e foices ou carregando a cruz ou uma imagem da virgem, se reuniam na praça da cidade, marchariam para a terra usurpada e a “ocupariam”.(TARROW, p.57,1998)

A ocupação, forma por excelência da manifestação do conflito, é a principal moldura do quadro interpretativo do Movimento Sem Terra brasileiro. Identidade campesina e ocupação de terra confluem num só ritmo. As ocupações, como ações contenciosas de alto risco e alto custo, tendem a aprofundar a coesão interna a

organização do grupo, mas, ao mesmo tempo, podem enfraquecer a solidariedade externa ao movimento (Tatagiba et al, 2012)

A ocupação de terra marca também, a trajetória do MST no Brasil. Conforme Grzybowski (1988) o MST tem esbanjado capacidade para fazer o que mais sabe fazer, ou seja, ocupações organizadas de terras definidas. Este é um conhecimento e uma tecnologia de ação na luta por terra que ninguém duvida ser uma especificidade do MST.

Ainda que tenha surgido de um ciclo de confrontos intimamente vinculado a práticas disruptivas no Extremo-Sul baiano, a ocupação adquiriu novos contornos no contexto estadual da Bahia. Já em sua fundação era vista com desconfiança por parte dos sem terra baianos, considerada “sulista” e “autoritária”, conforme Reis (2014). Há, com isso, uma reinterpretação baiana do caráter da performance coletiva. Assim, será preciso estabelecer uma tipologia de ocupação, tendo como moldura ideal a ocupação da Secretaria de Agricultura em abril de 2011.

POLÍTICA

Edição coordenadora
Eduarda Felício (curadora)

politica@grupatarde.com.br

DIÁLOGO Secretaria estadual vai fornecer alimento para os acampados durante todo o tempo que durar a ocupação

MST ocupa Seagri e recebe carne e sanitários químicos

BIAGGIO TALENTO
Agência A TARDE

Cerca de três mil pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ocuparam, na tarde de ontem, as dependências externas da Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária (Seagri) do Estado da Bahia, como parte da jornada de protestos do chamado Abril Vermelho.

Ao invés de seguranças, encontraram a maior boa vontade da direção da Seagri, resultado do excelente diálogo que o movimento tem com o governo batano: as famílias trouxeram feijão e arroz para o acampamento, e a Secretaria da Agricultura vai fornecer a carne para alimentar os acampados durante o tempo que levar a ocupação.

Além disso, a Secretaria da Agricultura instalou 32 banheiros químicos no lado de fora do prédio para dar maior conforto aos sem-terra.

O coordenador estadual do MST na Bahia, Márcio Matos, disse que a entidade resolveu solicitar a carne ao governo batano porque seria difícil trazer o produto dos acampamentos devido à refrigeração. "Não achamos nada demais, é até uma obrigação do Estado fornecer carne para alimentar os trabalhadores", disse.

O secretário da Agricultura da Bahia, Eduardo Salles, está na China com o governador Jaques Wagner, integrando a delegação brasileira em missão comercial da presidente Dilma Rousseff. Diretores da Seagri não quiseram comentar o fornecimento de carne para os sem-terra. Por outro lado, fontes da secretaria disseram que os banheiros químicos foram instalados porque o prédio do órgão não dispõe de instalações sanitárias para atender as três mil pessoas que estão no local.

Matos explicou que o acampamento pode durar vários dias até que os representantes do governo se prontifiquem a atender à pauta de



Militantes do movimento dos sem-terra ocupam áreas da Secretaria da Agricultura



Mulheres e crianças participam do protesto

reivindicações.

Além de cobrar agilidade no processo de reforma agrária, criticando a burocracia para a regularização de terras destinadas aos pequenos agricultores, o MST pede ao governo batano a instalação de escolas nos assentamentos consolidados, assistência técnica para os agricultores e a recuperação de 700 quilômetros de estradas de acesso aos assentamentos, entre outras providências que visam melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais.

Uma comissão de dirigentes da Seagri deve receber as lideranças do MST e encaminhar a pauta de reivindicações ao secretário estadual de Relações Institucionais, César Lisboa, que seria o interlocutor entre o movimento e o

governador Jaques Wagner. Se o canal não funcionar, os militantes estão dispostos a aguardar o retorno de Wagner da China para negociar diretamente com ele.

Ocupações

Desde o início de abril, o MST ocupou 36 fazendas na Bahia, a maior parte no extremo sul do Estado. As três últimas ações ocorreram no fim de semana, quando a entidade não conseguiu cumprir sua meta de completar um total de 50 propriedades rurais ocupadas na Bahia.

Durante a "estada" na capital batana, os integrantes do MST vão participar de palestras debates e de uma sessão especial alusiva ao massacre de Eldorado de Carajás na Assembleia Legislativa.

A matéria, datada de 12 de abril de 2011, é a primeira da série de reportagens que abordam a ocupação da SEAGRI, por cerca de 3.000 sem terra. Inserida na seção “Política”, a reportagem atribui um valor negativo e condenável à interação entre o MST e o Governo do Estado, que reagiu não apenas de forma não-violenta, mas contribuiu para o andamento da ocupação, através da doação de carnes e instalação de banheiros químicos. A ausência do “conflito” como categoria central de análise é um fato inédito.

Trata-se a ocupação do diálogo entre dois sujeitos, o desafiante “Movimento Sem Terra”, através da mediação do “Coordenador Estadual” e o órgão público, desafiado, a “SEAGRI”, como agente do governo estadual e representante de Jaques Wagner. No que diz respeito a relação entre o Estado e a ação coletiva, a matéria revela categorias como “diálogo”, “maior boa vontade”, “excelente diálogo”. O “conflito” dá lugar ao “conforto”.

As narrativas e reivindicações do MST nesta ocupação, inserida no Abril Vermelho, situam-se no campo da consolidação dos assentamentos existentes. Demandas referentes à “agilidade no processo de reforma agrária”, “crítica à burocracia da regularização de terras para pequenos agricultores”, “instalações de escolas nos assentamentos” e “estradas” dão o tom dos compromissos coletivos firmados pelo MST. Nota-se que essas reivindicações acompanham o contexto de defesa da “reforma agrária ampla” - marcada pela coexistência de formas de democratização e desapropriação de terras públicas, fortalecimento dos programas de crédito e aprimoramento da regularização fundiária e titulação quilombola, assumida pelo MST em sua narrativa desde a aprovação do II Plano Nacional de Reforma Agrária ², em 2003 na Conferência da Terra.

A ocupação do órgão público compõe a de “jornada de protestos” do Abril Vermelho. Se por um lado, a reportagem aponta a realização das 36 ocupações de fazendas, localizadas em sua maioria no Extremo-Sul baiano, por outro, não há dúvida de que “a estada na capital baiana”, é a principal ação do Abril Vermelho deste ano, e a que mais recebe atenção midiática. O enquadramento acontece onde há relação explícita de intimidade entre o Governo e o MST.

² O II PNRA é tradutor de uma visão ampliada de reforma agrária, que reconhece a diversidade de segmentos sociais no meio rural, prevê ações de promoção da igualdade de gênero, garantia dos direitos das comunidades tradicionais e ações voltadas para as populações ribeirinhas e aquelas atingidas por barragens e grandes obras de infra-estrutura (MDA,2003)

O A Tarde assume a tradição conflitiva entre sem terra e Estado na Bahia como padrão modular de interação entre a arena institucional e a ação coletiva. A distância e o confronto dão lugar, em abril de 2011, a cooperação e aproximação. Se por um lado, as ocupações de terra em fazendas na fundação do MST baiano no Extremo-Sul revelam profundos conflitos com fazendeiros, prefeituras e a polícia, a ocupação da Secretaria, por sua vez, permitiu o deslocamento do conflito para fora do eixo ação coletiva-Estado.

O repertório de ocupação em 2011 faz parte de uma ampla rotina de protesto, expressa no Abril Vermelho. Mediada por seu “coordenador estadual”, aceita o ritmo e a rotina de relação na qual regras são previamente acordadas entre os atores das duas esferas, e em que o sistema político influencia diretamente sobre a dinâmica do movimento. O apoio do Governo Wagner, ao contribuir com a estrutura e funcionamento da ocupação, e a disposição do MST em assumir o ritmo e o arranjo do sistema político em sua rotina de lutas revela que a condição disruptiva da tipologia de protesto central envolve, concomitantemente, ocupações de padrão institucionalizado e ritualizado. Acompanho o questionamento de Tarrow (1998):

a tolerância do Estado em relação ao confronto não-violento é uma faca de dois gumes. De um lado, proporciona maneiras relativamente sem risco de reunir um grande número de pessoas e dá-lhes a sensação de estarem agindo significativamente em benefício de suas crenças. Por outro lado, tira dos organizadores uma arma poderosa: a indignação. (TARROW, p.115, 1998)

Percebe-se, dessa maneira, que a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Bahia conflui num só tom táticas colaborativas e ações de caráter contencioso. Há uma cooperação conflituosa- ou conflito cooperativo, que questiona, necessariamente, as fronteiras entre consenso e conflito. Abarca-se em um só repertório de ocupação diversas rotinas de interação, identificadas por Abers, Tatagiba e Serafim (2014), tais quais o protesto e ação direta, a participação institucionalizada, a política de proximidade, bem como a ocupação de cargo na burocracia do Estado.

O repertório de ocupação da Secretaria de Agricultura em 2011 é como um jogo de capoeira. O capoeirista angoleiro desenha seus movimentos com os de seu adversário, assim oferecendo ritmo á roda. A eurritmia do jogo é gestada na inter-

relação entre grupos antagônicos em dinâmicas absolutamente contingentes. Conforme Carybé,

os primeiros capoeiristas, negros de Angola, guerreiros talvez, jogadores dessa luta singular em que só se usam os pés e a cabeça. Luta de muita eficácia contra os europeus que só empregavam as mãos na defesa e no ataque. (...). Camuflaram a luta da capoeira com pantomimas, mímicas e danças acompanhadas de música (Carybé, 1976, pg 30)

Para efeito ilustrativo, volto-me a uma breve ilustração do filme Besouro (2009), que aborda a história do capoeirista Manoel Henrique Pereira- tido como invencível subversivo no Recôncavo Baiano do começo do século XX. Em determinado momento, a roda de capoeira , em plena ebulição, é surpreendida pela violência dos capangas do Senhor de Engenho. Noca de Antônia, jagunço- chefe, logo de prontidão exige o fim “daquela luta”. É quando o capoeirista Chico diz: ‘não é luta, não. Capoeira é dança’. O repertório do MST na Bahia, como a capoeira, é dança e luta. Assemelha-se ao desenho de Carybé sobre a Bahia:

(...) não é uma cidade de contrastes. Não é não. Quem pensa assim está enganado. Tudo aqui se interpenetra, se funde, se disfarça e volta á tona sob aspectos mais diversos, sendo duas ou mais coisas ao mesmo tempo, tendo outro significado, outra roupa, até outra cara. (Carybé, 1976, pg 17)

O repertório de ocupação baiano questiona a ideia de que, necessariamente, ações diretas como passeatas, barricadas, piquetes, ocupações de terras e imóveis ociosos, ocupações em edifícios públicos, dentre outras, possuem uma diferença importante em relação à atuação por dentro das instituições: seu caráter disruptivo (Trindade, 2015). Cabe indagar: ações contenciosas necessariamente convidam o Estado ao enfrentamento?

Referências Bibliográficas

ABERS, R., BULLOW, M. V. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?** Sociologias, ano 13, Nº28, p-52-84, Porto Alegre, RS, 2011.

ABERS, R., SERAFIM, L., TATAGIBA, L., **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 57, no 2, 2014, pp. 325 a 357, Rio de Janeiro, 2014

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86. 2009

_____, A. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.** Sociologia & antropologia | v.02.03: 21 – 41, 2012

ANETE, B. **La déstítucion de lo social: estado, gobierno y politicas sociales.** Estudos sociológicos, Ciudad de Mexico, v.xxiii, n.68, p.347-374, 200.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BESOURO. Dirigido por João Daniel Tikhomiroff .Brasil, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7JfBIRVtB8>. Acesso em: 13 de setembro de 2017.

CAMPOS, M.P. **As mudanças no repertório de ação do MST frente aos governos nacionais petistas.** 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, Brasília, 2017.

CARYBÉ. **As sete portas da Bahia.** 4 ed. Rio de Janeiro, Record, 1976.

Felizardos Invasores. Jornal A Tarde. Salvador, Bahia, 13 de abril de 2011.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2000

GRZYBOWSKI, C. **Reforma agrária: alguns desafios para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** Texto digitado, s/d.

GOHN, M. G. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** Loyola, São Paulo, 2009.

HOBSBAWN, E. **História Social do Jazz** – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990

LACLAU, E. **A razão Populista.** São Paulo: Três Estrelas. 2013.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2 edição, Vozes, Petrópolis, RJ, 1983

_____, J.S. **O sujeito oculto.** UFRGS, Editora Porto Alegre, 2003

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **II Plano Nacional da Reforma Agrária.** Brasília, 2003.

MIGUEL, L.F. **Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – Belo Horizonte, agosto de 2016

MORAES, D. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Pão e Rosas, 2009.

MST. Nossa História. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia>

MST ocupa SEAGRI e recebe carne e sanitários químicos. Jornal A Tarde. Salvador, Bahia, 12 de abril de 2011.

MST proíbe seus líderes de disputarem eleições. Jornal A Tarde. Salvador, Bahia, 2 de outubro de 1997. pg 12.

MST. Resolução da Direção Nacional do MST, 2008.

REIS, F. **A Construção da Representação Política do MST na Bahia e sua Contribuição ao Processo de Democratização da “ampla Política” – Uma Experiência no Fio da Navalha**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, PB, 2014.

TARROW, S. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, L. **Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões**. Colombia Internacional 71, 2010

TATAGIBA, L., PATERNIANI, S., TRINDADE, T., **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 399 - 426.

TILLY, C. **Movimentos sociais como política**. Revista brasileira de ciência política, nº3, pp 133-160, Brasília, 2010.

_____, C. **From mobilization to revolution**. Universidade de Michigan. Michigan, 1977.

_____, C. **Getting it together in Burgundy, 1675-1975**. CRSO Working Paper U128, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio, 1976.

_____, C. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834**. In: Traugott, Mark (org.). Repertoires and cycles of collective action. Durham, NC: Duke University Press, 1995

TRINDADE, T. **Ampliando o debate sobre a participação política: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo**. Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR - Curitiba, agosto de 2013.

_____, T. **A participação para além dos espaços institucionais: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo (SP).** 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu- Minas Gerais, 2015.

_____, T. **Os limites da democracia: a legitimidade do protesto frente à ampliação da participação institucionalizada.** 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política , Belo Horizonte, MG , 2016.

VIEGAS, M. F. **Estado, democracia e institucionalização das lutas sociais nas práticas educativas do MST: um estudo de caso da escola itinerante.** v. 29, n. 1, 317-338, jan./jun, PERSPECTIVA, Florianópolis, SC, 2011.

WANDERLEY, M.N.(Org) **Camponeses brasileiros- leituras e interpretações clássicas.** Vol 1. Neas, editora UNESP, 2009.

